

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

PROJETO DE LEI Nº 3.661, DE 2000

Dispõe sobre a tarifação compensatória sobre a importação de produtos agrícolas com subsídios na origem.

Autor: Deputado ADÃO PRETTO

Relator: Deputado JOSÉ CARLOS ELIAS

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do insigne Deputado ADÃO PRETTO, determina a tarifação adicional sobre a importação de produtos agrícolas que recebam vantagens, estímulos tributários e subsídios diretos ou indiretos no país de origem.

A alíquota proposta, a partir de informações da CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento, equivale à diferença entre o preço médio do mercado doméstico e o valor CIF do produto respectivo.

A decisão de impor tarifa compensatória levará em conta as informações prestadas pelas empresas importadoras à Secretaria da Receita Federal. Aquelas é que dirão se o produto desfruta ou não das vantagens e estímulos previstos no caput do art. 1º, cabendo ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior a aferição da veracidade das informações.

O produto da arrecadação dessa sobre-tarifa será destinado à subvenção do crédito rural aos beneficiários dos grupos A, B e C do PRONAF.

A matéria foi distribuída para apreciação nas Comissões de Agricultura e Política Rural, de Finanças e Tributação, e de Constituição e Justiça e de Redação.

Decorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Em que pesem as louváveis intenções do nobre autor da matéria, Deputado ADÃO PRETTO, a iniciativa não deve merecer a acolhida deste colegiado pelos motivos que passamos a expor.

Em primeiro lugar, cabe reconhecer que o espaço para o manejo da política tarifária tem se estreitado consideravelmente e, no presente momento, é dado, em larga extensão, pelas definições e cânones dos acordos comerciais que o país subscreveu, notadamente o Mercosul – Mercado Comum do Sul e a OMC – Organização Mundial do Comércio, os quais não admitem a imposição unilateral e imediata de tarifas ou direitos compensatórios.

A título de exemplificação, na hipótese de importação de um determinado produto procedente de um país-membro do Mercosul, na qual haja suspeita de subsídio na origem, o Tratado de Assunção, que criou o Mercosul em 26 de março de 1991, dispõe em seu anexo IV, além da aplicação de “cláusula de salvaguarda “até 31 de dezembro de 1994, portanto já extemporânea, que o País supostamente prejudicado solicite ao Grupo Mercado Comum a realização de consultas com vistas a eliminar tal situação. Essas tem prazo de até dez dias para serem deflagradas, contabilizados a partir da apresentação do pedido do país importador, e até 20 dias, a partir daí, para a sua conclusão. Enquanto as consultas se processam o intercâmbio comercial não pode ser interrompido, nem salvaguardas ou tarifas podem ser postas em prática. Decorridos os 30 dias e na ausência de acordo entre os litigantes, a nação importadora poderá, pelo período de um ano, fixar não uma tarifa, mas uma cota nunca inferior à média dos valores físicos importados nos três últimos anos – calendário. Além de valerem por um

ano, tais medidas poderão ser prorrogados por mais um ano e, em nenhum caso, sua implementação “poderá estender-se além de 31 de dezembro de 1994”.

Com respeito à OMC, o Acordo da Rodada Uruguai de Negociações Multilaterais, ratificado pelo Congresso Nacional, até permite a adoção temporária de providências de salvaguarda, a exemplo de tarifas adicionais, mas, ressalte-se, isso se aplicaria até o final do ano em que as mesmas sejam impostas e estaria condicionado ao volume de importações vis-a-vis o consumo interno e ao cotejamento dos preços dos importados com os praticados nos países de origem, em terceiros mercados ou com o custo de produção do País exportador, e não com o preço médio do mercado doméstico, como estabelece implicitamente a proposição do ilustre Deputado ADÃO PRETTO.

Em face do raciocínio ora delineado, votamos pela rejeição do Projeto de Lei nº 3.661, de 2000.

Sala da Comissão, em de de 2001.

Deputado JOSÉ CARLOS ELIAS
Relator